

Estado Capitalista Contemporâneo: análise teórico-conceitual para o caso do Brasil sob a ditadura Empresarial Militar

Werbeth Serejo Belo*

Estados burgueses têm se fortificado a cada ponto de inflexão econômica em todo o mundo, alguns se inserindo de forma subsidiada como parte de um complexo deste modo de produção contemporâneo que vem, a cada dia, consolidando seus tentáculos aos mais distantes territórios.

Frações da classe dominante se alternam, por meio de projetos, na condução de suas vontades através do controle sobre estatais de forma que estrategicamente se utilizam de ações consensuais para legitimar este projeto, ou ainda da coerção com o uso “legítimo” da força.

É comum ouvir falar em globalização¹, por exemplo, sendo esta uma das formas de por máscaras na bruta e cruel expropriação de milhões de seres humanos que são vistos como meros trabalhadores em prol do desenvolvimento de nações capitalistas (quando muito, assim são vistos).

O Brasil claramente se insere nessas relações capitalistas contemporâneas de forma que não se abstém de sustentar as regalias da fração financeira da burguesia contemporânea, alimentando a expansão desta através de promulgação de leis que permitem cada vez maiores frações de lucro, como exemplo, com o surgimento de conglomerados de financeiras que enchem os bolsos dos trabalhadores de dívidas e os cofres de empresas multinacionais de capital.

Para além dessas rápidas reflexões é necessário perceber como que esta forma do capitalismo, o imperialismo, emergiu e se consolidou transformando milhares de vidas de trabalhadores em um verdadeiro pesadelo. O movimento a ser feito é revisitar alguns teóricos do Estado capitalista para que se possa fazer uma rápida análise de sua estrutura em diferentes momentos até chegar ao ápice da consolidação da forma financeira deste.

A primeira parte desta análise, isto é, a revisitação aos teóricos sobre o capitalismo é tema deste trabalho e tem por objetivo demonstrar os vieses do capitalismo contemporâneo para que se reconstrua o caminho traçado pelo imperialismo

* Mestrando no Programa de Pós Graduação em História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão.

¹ O termo globalização emerge como forma de tornar pouco perceptível a lógica expansionista do capital, isto é, como forma de “naturalização” das relações capitalistas apresentadas à sociedade contemporânea

desde suas origens até a consolidação de sua forma financeira no Brasil que ocorre entre 1969 e 1973 no período conhecido como “Milagre Econômico”. Além disso, este trabalho tem como objetivo secundário apresentar o arcabouço teórico aqui utilizado como sustentação deste trabalho, isto é, o conceito de Estado e imperialismo que melhor se encaixam na análise deste momento histórico tão importante para entender o capitalismo contemporâneo. Para tal, iremos analisar obras publicadas por estudiosos marxistas que tem como temática o capitalismo.

1.1: Estado capitalista e sua estrutura em debate

Discutir sobre concepções de Estado capitalista requer passar, pelas principais matrizes teóricas do Marxismo² (no tempo de Marx e pós-Marx). Assim, o primeiro autor a ser analisado é Friedrich Engels em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

Friedrich Engels (1960)³ discute como o próprio título sugere, o estabelecimento

de forma que se utiliza de discursos como quebra de fronteiras entre nações e uma convivência harmoniosa entre estas. Cf. SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

² Segundo Norberto Bobbio, entende-se por Marxismo “o conjunto das ideias, dos conceitos, das teses, das teorias, das propostas de metodologia científica e de estratégia política e, em geral a concepção do mundo, da vida social e política consideradas como um corpo homogêneo de proposições até constituir uma verdadeira e autêntica ‘doutrina’, que se podem deduzir das obras de Karl Marx e de Friedrich Engels”. (BOBBIO, 2009, p.738).

³ *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* foi publicada originalmente em 1884. “Fundador, juntamente com Marx, do socialismo científico e expositor brilhante de sua filosofia: o materialismo dialético. Seu pai era fabricante de tecidos, e a difícil situação dos operários da fábrica paterna bem cedo feriu a sua sensibilidade. Nas *Cartas de Buppertal*, que escreveu em 1839, descrevia e criticava as condições de miséria em que viviam os trabalhadores da indústria têxtil alemã. Democrata, revolucionário, desde muito jovem Engels ingressou no movimento socialista. Em 1842, transferindo-se para Londres, acompanhou de perto a luta cartista, e aí realizou o seu famoso estudo sobre a *Situação da Classe Operária na Inglaterra*, publicado em 1845. Já antes, em 1844, publicara um trabalho crítico sobre a Economia Política, nos *Anais Franco-Alemães*, revista editada em Paris por Marx e Ruge. Em ambos trabalhos formulara alguns dos elementos teóricos do socialismo científico. Cheglov observa que Engels chegou, como Marx, ao comunismo e ao materialismo antes de sua colaboração comum, isto é, independentemente um do outro. Conheciam-se desde 1841, por troca de cartas, sendo Engels colaborador do jornal de Marx, a *Gazeta Renana*. O primeiro encontro pessoal de ambos se verificou em Colônia, quando aquele seguia para a Inglaterra. Mas desde então se ligaram para o resto da vida, irmanados pelo mesmo destino e por uma amizade sem exemplo em homens de tal porte. “Em fins de setembro de 1844, Engels escreve a Marx, de Barmen, onde vivia a sua família e onde ele nascera. Ainda não tinha Engels completado seus 24 anos. Aborrecia-se da vida no seio da família e procurava escapar de seu controle. Seu pai, autoritário, industrial cheio de convicções, revoltava-se de ver seu filho frequentar reuniões políticas e professar ideias comunistas(...) Durante o tempo em que ainda esteve em Barmen, onde o reteve também, por algum tempo, uma aventura romanesca, ele cede à pressão de seu pai e vai trabalhar, durante uma quinzena, nos escritórios da fábrica pertencente a seu progenitor(...) Em 1847, escreveu para a Liga dos Comunistas, cuja sede era em Londres, um projeto de catecismo ou “profissão de fé comunista” (publicado por Bernstein, em 1931, com o título de *Princípios do Comunismo*), que serviu a Marx como base para redigir o celebre *Manifesto Comunista*, aparecido em fevereiro de 1848, em alemão”.

da temática do surgimento do Estado como uma das partes constitutivas de sua obra. Para Engels, O Estado surge a partir da organização da sociedade após estabelecimento da *gens*⁴, não surge, pura e simplesmente, a partir da família como núcleo de organização.

A origem do Estado se dá de forma muito mais complexa, pois as relações que se estabelecem entre famílias e entre gens são analisadas de forma profunda por Engels quando este divide a análise dos tipos de família em três: a família Sindiásmica, a família Punaluana e a família monogâmica. Essa divisão é feita com base em outra divisão de fases feita por Engels, fases essas que vão da selvageria à civilização, passando pela barbárie.

Esse resgate dos tipos de família é feito por Engels com um propósito: perceber como se deu o processo de transição entre essas fases até chegar ao modelo monogâmico de família que, segundo Engels, surge para garantir o direito de herdar os bens adquiridos pelo chefe da família⁵.

A família monogâmica se apresenta então, como forma de garantir a posse da herança pela família e, mais que isso, sinaliza para o surgimento da propriedade privada e o direito por parte dos herdeiros de reivindicarem esta propriedade com legitimidade baseada no modelo monogâmico. Portanto, segundo Engels, o Estado é fruto das relações estabelecidas entre família (gens), propriedade privada e sociedade.

Vale ressaltar que toda análise sobre a família e a gestação do Estado a partir das relações supracitadas, é baseada em uma análise de lutas, primeiro entre homem e

"Em sua carta de 24 de novembro de 1847, Engels informava a Marx que tinha esboçado um projeto do *Manifesto Comunista*, pronunciando-se, entre outras coisas, contra a forma de catecismo que anteriormente se tinha pretendido dar.(...) Toda a sua campanha contra Dühring, Engels a fez, procurando a aplicação consequente do materialismo e acusando o materialista Dühring de confundir a questão com palavras, de cultivar frases, de usar processos de raciocínio que implicam numa concessão ao idealismo, na passagem a posições idealistas. Ou o materialismo, consequente até o fim, ou a mentira e a confusão do idealismo filosófico, esta é alternativa apresentada em cada um dos parágrafos do "Anti-Dühring"; e os indivíduos de cérebros embebidos na filosofia professoral reacionária ficaram sozinhos, sem sequer se aperceber. Até 1894, data em que escreveu o seu último Prefácio para o *Anti-Dühring*, cuja revisão acabava de fazer e que então tinha recebido o seu último retoque, Engels, que se mantinha a par da filosofia nova e dos progressos das ciências naturais, não deixou de insistir com a máxima decisão nas suas concepções, claras e firmes, varrendo a poeira dos novos sistemas, grandes e pequenos. O fato de que se tenha posto a par de tudo o que diz respeito à filosofia moderna, verifica-se por seu livro *Ludwig Feuerbach*." (Disponível em: www.marxists.org/português/dicionário/verbetes/e/engels.htm). Acessado em 18/03/2015.

⁴Segundo Engels, a gens constitui-se “num círculo fechado de parentes consanguíneos por linha feminina, que não se podem casar uns com os outros; e, a partir de então, este círculo se consolida cada vez mais por meio de instituições comuns, de ordem social e religiosa, que o distinguem das outras gens da mesma tribo.” (ENGELS, 1960, p. 45).

mulher pela condução da linhagem da família, depois entre classes na sociedade burguesa. Segundo Engels:

As coisas mudaram com a família patriarcal e, ainda mais, com a família individual monogâmica. O governo do lar perdeu seu caráter social. A sociedade já nada tinha mais a ver com ele. O governo do lar se transformou em serviço privado; a mulher converteu-se na criada principal, sem mais tomar posse na produção social. Só a grande indústria de nossos dias lhe abriu de novo – embora apenas para a proletária – o caminho da produção social [...] A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica franca ou mais ou menos dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais. (ENGELS, 1960, p. 71).

Esta relação foi o germe para a grande elaboração sobre o conceito de Estado formulado por Engels baseado no conflito entre classes que será esmiuçado por Karl Marx fundando assim as bases do que viria a ser conhecido como Marxismo.

Para Engels o Estado nada mais é que

[...] um produto da sociedade quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortizar o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 1960, p. 160)

Claro que entre a primeira relação e esta última citada há uma série de proposições e análises sobre divisão do trabalho, luta de classes, além de outras temáticas pertinentes sobre o conceito de Estado para Engels. Fica nítido, também, a partir da análise desta última citação de Engels que o método dialético⁶ já está se

⁵ É importante frisar que aqui neste estágio a família monogâmica já está estabelecida como modelo hegemônico com um cunho patriarcal em detrimento dos modelos matriarcais das famílias de tipo Sindiásmica e Punaluana.

⁶ Em “Dicionário de Conceitos Históricos” Kalina Silva e Maciel Silva definem a dialética como “um método de análise, fundamentado na contradição, que organiza o raciocínio para a busca da *verdade*, analisando uma situação contraditória de dada realidade: para comprovar uma tese o investigador usa uma

consolidando quanto forma de análise das relações existentes dentro deste Estado.

Ainda se utilizando do método dialético como base de sua análise de relações dentro da sociedade burguesa, Marx elabora sua concepção de Estado baseado em um Estado que pode ser considerado uno ⁷, no entanto dividido em duas partes: a superestrutura e a infraestrutura. No entanto, essa sua concepção sobre o Estado surge a partir de seu desagrado com o Estado burguês que no século XIX já estava em processo de consolidação com a já passada Revolução Industrial⁸ e com a Revolução Francesa.

A divisão feita por Marx é esta: superestrutura e infraestrutura. Na superestrutura está todo o corpo político do Estado, isto é, “não é o aparelho jurídico que explica a sociedade burguesa, como queria Hegel; ele é apenas uma superestrutura e a sociedade encontra a sua explicação nas relações de propriedade” (MARX, 2003, p. 07). Na infraestrutura acontecem as disputas, ou melhor, as disputas acontecem a partir das relações de produção. Segundo Tom Bottomore,

As relações de produção são constituídas pela propriedade econômica das forças produtivas. No capitalismo, a mais fundamental dessas relações é a propriedade que a burguesia tem dos meios de produção, ao passo que o proletariado possui apenas a sua força de trabalho. (BOTTOMORE, 1988, p. 157).

Tendo em vista, portanto, que a classe dominante era a classe burguesa e que esta detinha o monopólio dos meios de produção e que o proletariado em troca vendia sua força de trabalho⁹ é que se podem pensar as disputas entre classes¹⁰ no Estado Burguês.

antítese, ou seja, a negação da própria tese original. Mas a negação não é suficiente para a compreensão do fenômeno investigado, pois toda negação, em si mesma, contém alguma positividade (não se pode negar sem afirmar alguma coisa). É preciso então aproveitar as contribuições positivas que existem na tese e na antítese para se chegar em uma síntese dos dados conseguidos.” (SILVA. SILVA, 2010, p. 97). Os autores apontam ainda o uso do método dialético por Marx e Engels e apontam que “Engels definiu e classificou as três leis do materialismo dialético: lei de unidade e lei dos contrários; lei de conversão da quantidade em qualidade e vice-versa; e lei de negação da negação.” (SILVA. SILVA, 2010, p.99).

⁷ Quando me refiro a Estado Uno pretendo dizer que o Estado para Marx é um Estado Restrito dividido em duas esferas e, não, um Estado Ampliado como Gramsci, por exemplo, irá desenvolver posteriormente.

⁸ Há uma intensa produção a respeito da Revolução Francesa e sua caracterização como burguesa ou não burguesa. Para os marxistas que a analisam, logicamente, ela é considerada burguesa e uma revolução dividida em várias revoluções que para Lenin seria a chamada Revolução Permanente e para Gramsci poderiam ser considerados movimentos contra hegemônicos, isto é, uma série de projetos que pretendiam nacionalizarem-se, projetos esses que podem ser da fração dominada da classe dominante, ou então, da classe dominada. No entanto, no momento certo essas concepções serão abordadas no texto de forma mais clara.

⁹ Marx conceitua a venda do excedente da força de trabalho como mais valia. No entanto, esta pode ser dividida entre relativa e absoluta. A mais valia absoluta ocorre quando há o aumento das horas de trabalho e, a mais valia relativa, ocorre quando há investimentos em novas máquinas que necessitam de trabalhadores para manuseá-las. Segundo Bottomore, “a extração da mais valia é a forma específica que assume a exploração sob o capitalismo, a *differentia specifica* do modo de produção capitalista, em que o

E a partir dessas disputas é que o Estado Burguês se estabelece.

Lenin (1988)¹¹ em *Estado e Revolução* decide, como método, resgatar a teoria de Estado marxista para então apresentar sua ideia de Revolução e expõe sua análise desse Estado chegando à conclusão que “esse Estado é o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe” (LENIN, 1998, p.226), reforçando a tese de Marx.

Enquanto para Marx e Lenin esse Estado era composto por superestrutura e infraestrutura, para Antonio Gramsci (2012)¹² em *Cadernos do Cárcere: notas sobre a política de Maquiavel*, esse Estado é elaborado a partir de uma concepção de que este (o Estado) é ampliado, isto é, o Estado é Sociedade Política (Estado no sentido restrito) e Sociedade Civil. No seio da Sociedade Civil estão os Aparelhos Privados de Hegemonia¹³ e, inseridos nesses aparelhos – ou não – estão os intelectuais orgânicos¹⁴ que transitam entre a Sociedade Política e a Sociedade Civil com o objetivo da nacionalização deste projeto. Segundo Carlos Nelson Coutinho,

excedente toma a forma de lucro e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário”. (BOTTOMORE, 1988, p.227).

¹⁰ O conceito de classe é de fundamental importância para que se possa entender a obra marxiana, pois, segundo Bottomore, “Num certo sentido, ele foi o ponto de partida de toda a teoria de Marx, pois foi a descoberta do proletariado como ‘a ideia do ponto real’ que fez Marx voltar-se diretamente para a análise da estrutura econômica das sociedades modernas e de seu processo de desenvolvimento”. (BOTTOMORE, 1988, p.61).

¹¹ Obra aqui utilizada publicada originalmente em 1917. “Lenin: Membro fundador, principal teórico e dirigente do Partido Bolchevique. Dirigiu o partido e os soviets à tomada de poder na Revolução Russa de 1917. Fundou a Internacional Comunista, identificou o Imperialismo como fase superior do Capitalismo e enfatizou o papel do partido como vanguarda da revolução.” (Disponível em: www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/l/lenin.htm). Acessado em 18/03/2015).

¹² A obra aqui utilizada foi escrita entre 1932 e 1934. “Um dos fundadores do Partido Comunista Italiano. Estudou literatura na Universidade de Turim, cidade aonde frequentou círculos socialistas. Filiou-se ao Partido Socialista Italiano, tornando-se jornalista e escrevendo para o jornal do Partido (L'Avanti) e tendo sido editor de vários jornais socialistas italianos, tendo fundado em 1919, junto com **Palmiro Togliatti**, o L'Ordine Nuovo. O grupo que se reuniu em torno de L'Ordine Nuovo aliou-se com [Amadeo Bordiga](#) e a ampla facção Comunista Abstencionista dentro do Partido Socialista. Isto levou à organização do Partido Comunista Italiano (PCI) em 21 de janeiro de 1921. Gramsci viria a ser um dos líderes do partido desde sua fundação, porém subordinado a [Bordiga](#) até que este perdeu a liderança em 1924. As teses de Gramsci foram adotadas pelo PCI no congresso que o partido realizou em 1926. Em 1924, Gramsci foi eleito deputado pelo Veneto. Ele começou a organizar o lançamento do jornal oficial do partido, denominado [[L'Unità]]. Em 8 de novembro de 1926, a polícia fascista prendeu Gramsci (apesar de sua imunidade parlamentar, permaneceu preso até próximo da sua morte, quando foi solto em liberdade condicional dado ao seu precário estado de saúde. (Disponível em: www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/g/gramsci.htm)

¹³ São considerados aparelhos privados de hegemonia as instituições localizadas na sociedade civil como a imprensa, por exemplo, utilizadas para garantirem a hegemonia de determinado projeto, ou mesmo, garantirem que um novo projeto se torne hegemônico.

¹⁴ Os intelectuais orgânicos podem ou não colaborar na elaboração do projeto que pode vir a ser hegemônico, no entanto, como foi dito no corpo do texto, seu principal objetivo é a nacionalização do projeto.

O pensador italiano (Norberto Bobbio) indica corretamente uma diferença essencial entre os conceitos de Sociedade Civil em Gramsci e em Marx: enquanto Marx identifica Sociedade Civil com base material, com infraestrutura econômica, a Sociedade Civil em Gramsci não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura. (COUTINHO, 1989, p.73).

Portanto, para Gramsci, as relações são estabelecidas de forma dual, isto é, através da coerção e do consenso e dentro da Sociedade Civil e da Sociedade Política¹⁵ e, ainda, em uma relação entre ambas. Quando a disputa ocorre dentro da sociedade política Gramsci caracteriza como *fissura do bloco no poder* e, quando na Sociedade Civil, podem ser caracterizadas como *movimentos contra - hegemônicos*. Esses movimentos contra hegemônicos se tornam hegemônicos a partir da crise de hegemonia de determinado projeto que conduz a organização do Estado. Esta crise de hegemonia ocorre

[...] ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto. (GRAMSCI, 2012, p.60).

Há, ainda, para Gramsci, os partidos, que são responsáveis por organizar a vontade coletiva que geralmente são movimentos contra – hegemônicos, isto é, que possuem projetos diferentes do que o que está hegemônico. Retornemos a Marx, então, que é o “pano de fundo” deste trabalho.

Em *Contribuição à crítica da economia política*, Marx (2003)¹⁶ faz um resumo

¹⁵ A partir das concepções de sociedade civil e sociedade política Gramsci elabora os conceitos de sociedade ocidental e sociedade oriental. Essa divisão de formas de sociedade em ocidental e oriental nada tem a ver com a divisão geográfica, mas com a capacidade de organização da Sociedade Civil. A Sociedade de tipo Oriental possui uma Sociedade Civil fraca, isto é, com pouca capacidade de organização, enquanto nas Sociedades de tipo Ocidental a Sociedade Civil é forte. São exemplos de Sociedade de tipo Oriental as em que predomina a forma de Estado Imperial.

¹⁶ Obra escrita originalmente em 1857. Neste ano Marx se encontrava em uma condição financeira nada boa além de estar enfrentando problemas hepáticos. Sua esposa se encontrava grávida e doente também. Além disso, suas publicações no Tribune foram reduzidas o que lhe causou uma redução nos

sobre a sua proposta de estudo acerca dessas relações que são a base deste Estado:

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social [...] Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura (MARX, 2003, p. 05).

Isto posto, é possível perceber como para Marx estavam relacionadas à superestrutura e a infraestrutura em seu método dialético. Ainda na *Contribuição à crítica da Economia Política* Marx analisa, muito detalhadamente, a relação entre produção e consumo e os estágios entre essa relação que desemboca no que o autor considera como *produção*¹⁷.

A produção é a primeira fase dessa relação “maior” também de produção, no entanto, o estágio seguinte dessa relação é a distribuição “que determina a proporção em que o indivíduo participa na repartição desses produtos” (MARX, 2003, p. 232), logo após existe a troca que “obtem-lhe os produtos particulares em que o indivíduo quer converter a quota-parte que lhe é reservada pela distribuição” (MARX, 2003, p.232) e, por fim o consumo, aqui os produtos são objetos de desejo, de necessidade do homem. Eis a base das já mencionadas relações de produção.

Nos *Grundrisse*, Marx (2011) ¹⁸ aponta que essas relações de produção são amplas, isto é, estão além da confecção da mercadoria, aponta também que o momento da produção é momento também de consumo e que os ditos estágios da produção se relacionam, isto é, a produção, a circulação, a troca, o consumo não são estágios que ocorrem em sequência, somente, mas ocorrem de forma paralela e relacional.

vencimentos. Com Marx e Jenny doentes, suas filhas Jennychen e Laura passaram a auxiliar nos serviços domésticos e passaram a trabalhar como secretárias de Marx. Além da sua aproximação com Engels e Lassalle o convite para dar uma contribuição para escrever a *New American Encyclopedia* fez com que Marx se empolgasse e retornasse aos escritos econômicos. A crise norte-americana de 1857 fez com que Marx, assim como a *New American Encyclopedia* retornasse aos escritos econômicos. (GABRIEL, Mary. *Amor e capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013).

¹⁷ Neste caso a produção além de ser um estágio dentro dessa relação maior, ela (a produção) é a própria relação entre o ato de produzir e consumir diametralmente opostos, no entanto, opostos numa perspectiva de inserção dialética.

No que diz respeito às formas deste Estado manter sua dominação, para Marx, como já foi dito, se dá através do monopólio dos meios de produção detidos pela burguesia; para Gramsci se dá através da construção do Consenso e para Lenin,

O imperialismo e a dominação dos bancos desenvolveram até uma arte extraordinária de defender e por em prática a onipotência da riqueza em quaisquer repúblicas democráticas. (LENIN, 1988, p. 230).

Além dessas concepções elaboradas por Marx sobre a constituição do Estado, Marx dá uma ‘resposta’ ao Estado Burguês, isto é, uma espécie de saída. Mas qual a saída? Para Marx a saída seria a Revolução do Proletariado, ou seja, a tomada de poder pelo proletariado, mas a tomada de poder por assalto, através da já mencionada Revolução. Após a Revolução chegar-se-ia ao Estado de transição que seria o Estado socialista para então chegar ao Estado Comunista.

A concepção de Lenin sobre a Revolução do Proletariado é bem parecida com a concepção de Marx. Assim, para Lenin, da mesma forma que ocorria na União Soviética, em 1917, deveria ocorrer nos demais países, não percebendo Lenin, portanto, que dependeria de cada conjuntura vivida por determinado país. Portanto, para Lenin se aplica ainda a concepção de Revolução Permanente.

Mas, a grande superação dialética em relação a Marx, no que tange à tomada de poder, é elaborada por Antonio Gramsci. Para este teórico, a partir de sua concepção ampliada do Estado, o poder pode ser tomado de duas formas: no que ele chama de *Guerra de Movimento e Guerra de Posição*. Guerra de movimento seria a tomada do poder de assalto e a chamada Guerra de Posição seria a tomada do poder a partir da elaboração de projetos contra hegemônicos capazes de serem nacionalizados e se tornarem hegemônicos a partir de estratégias.

Partindo de uma base marxista pautada – sobretudo - em Althusser e Gramsci, Nicos Poulantzas elabora sua concepção de Estado-Relação, isto é, o Estado é formado a partir de uma *condensação de lutas*; lutas entre classes dominantes e dominadas e entre as classes dominantes, o que pode ser caracterizado como *fissura do bloco no poder*.

Essa condensação de lutas no seio do Estado ocorre em uma esfera do Estado Ampliado que Poulantzas nomeia de *Ossatura material do Estado*, sendo esta análise

¹⁸ Textos originalmente publicados em 1858.

parte da hipótese central deste autor. Então,

O Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política. O aparelho de Estado, essa coisa de especial e por consequência temível, não se esgota no poder do Estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. (POULANTZAS, 2000, p.12)

Para que o autor chegasse a essa conclusão perpassa e analisa duas concepções de Estado que tendem a ser utilizadas em muitos trabalhos sobre o Estado capitalista contemporâneas: “Estado Coisa” e “Estado Sujeito”, isto é, duas análises polarizadas da constituição de um Estado.

Segundo Poulantzas, o Estado possui um papel de organização e de reprodução de lutas de forma que este “representa e organiza o interesse político a longo prazo do bloco no poder” (POULANTZAS, 2000, p. 129). No que diz respeito ao “Estado Coisa” o autor deixa claro que nesta concepção as classes dominantes são submetidas a essa forma de Estado enquanto que na forma de Estado-sujeito, este (o Estado) se submete às classes sociais.

No entanto o que o autor defende é que o Estado é uma correlação e uma condensação de forças que surgem a partir das relações de produção, relações essas que são pautadas a partir da força de trabalho e do surgimento do mais valor. Vale lembrar que relação de produção e criação de mais valor são base da *Ossatura institucional do Estado*, portanto é na base material do Estado e na sua forma organizacional que ocorrem as disputas entre classes.

Não há como se pensar o Estado contemporâneo capitalista sem perceber a imbricação entre Estado e economia latente, pois as bases da luta entre classes são bases materiais institucionalizadas pelo Estado Restrito, então para uma sólida análise do Estado contemporâneo deve-se perceber que,

O estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado (Estado-Relação). Compreender o Estado como a condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classe tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, no seio do Estado, significa que o Estado é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe. (POULANTZAS, 2000, p. 134)

Portanto as relações capitalistas, baseadas em relações de classe, são o motor do Estado capitalista, isto é, são o combustível que movimenta a engrenagem da exploração capitalista feroz e desumana. No entanto, como pode ser percebido, o Estado capitalista possui formas variadas de acordo com o espaço geográfico-social e o tempo que se pretende analisa-lo. Por isso, é de fundamental importância perceber as interpretações deste Estado capitalista desde fins do XIX em um contexto internacional perpassando por debates contemporâneos a respeito deste Estado.

1.2. Interpretações sobre capitalismo contemporâneo: entre imperialismos e mundialização

Várias interpretações acerca do capitalismo contemporâneo podem ser incorporadas aos trabalhos acadêmicos que permitam uma análise mais profunda da sociedade contemporânea. É muito comum, no entanto, que se encontre em trabalhos acadêmicos, e fora da academia, uma generalização a respeito da forma contemporânea do Estado capitalista.

Essa generalização perpassa por algumas formas de análise deste Estado, tais como: adoção da simples forma do capitalismo como Estado burguês, sem sequer tentar perceber qual fração burguesa detém a hegemonia do projeto estatal vigente; frequente análise da hegemonia norte-americana sem apresentar o contexto em que esta nação se apresenta quanto nação hegemônica da nova forma capitalista; análise do Estado contemporâneo de forma que este seja fruto de uma simples sequência de acontecimentos que tem a ver de forma mínima com a esfera econômica em que este está inserido e; análise que apresenta esfera econômica completamente externa ao Estado, e externa à política, de forma que durante a análise este Estado seja apresentado ora como Estado sujeito, ora como Estado coisa.

Portanto, o objetivo central deste tópico é perceber as principais interpretações deste Estado capitalista contemporâneo e construir um debate entre os autores de forma que, ao final deste capítulo, possamos nos posicionar frente ao cabedal teórico utilizado como pano de fundo das análises históricas que nos propomos a fazer nos capítulos seguintes.

Dentre os autores que trabalham com formas do capitalismo serão trabalhados alguns mais relevantes dentro da matriz teórica marxista como: Marx, Lenin,

Poulantzas, François Chesnais, David Harvey e Virginia fontes. Utilizaremos Marx e Poulantzas de forma que estes não entrarão no debate sobre imperialismo, mas como pontos de apoio a um debate secundário de conceitos, como capitalismo financeiro.

Lenin em *Imperialismo: a fase superior do capitalismo* (2008) adota como início de sua análise o ano de 1870, período em que as grandes nações se consolidavam quanto nações capitalistas e outras estavam em pleno fim de processo de unificação (especificamente Alemanha e Itália). Em sequência, entrariam em pleno processo de redistribuição de territórios na África e na Ásia, o que as apresentaria de fato como nações imperialistas.

O autor continua sua análise no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ¹⁹ e encerrando sua análise no período entre guerras, mais exatamente no ano de 1924.

Lenin tem como objetivo principal “expor os laços e as relações recíprocas existentes entre as particularidades econômicas fundamentais do imperialismo” (LENIN, 2008, p.15) para tanto o autor analisa a relação entre capital bancário e capital industrial no que culminaria o que Lenin chama de capital financeiro. Segundo Lênin,

O século XX assinala, pois, o ponto de transformação do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capitalismo financeiro (LENIN, 2008, P.46).

Portanto, a análise do capitalismo financeiro é base para a compreensão do sistema imperialista em pleno processo de consolidação desde fins do século XIX, segundo Lenin.

Para este autor o capitalismo financeiro é uma *união íntima* ²⁰ entre capital bancário e capital industrial, isto é, uma correlação entre estas formas de capital para a sustentação do financiamento necessário às indústrias em pleno vapor no final do século XIX a nível mundial e início do século XX a nível de Brasil com o plano de industrialização do governo Vargas. Obviamente o dito autor não trabalha com a análise da conjuntura brasileira anteriormente mencionada, esta análise é feita por Virginia

¹⁹ Esse episódio, aliás, ficou caracterizado como imperialista em algumas leituras na história. A Primeira Guerra Mundial teria surgido como disputa imperialista entre as nações, envolvendo desde territórios do Império Austro-húngaro a territórios franceses que culminariam nas guerras Austro-prussiana e Franco-Prussiana que ocorreram entre 1866 e 1871.

²⁰ Quando menciona em seu texto sobre união íntima, Lenin está tratando de união entre famílias possuidoras de capital bancário com famílias possuidoras de capital industrial. Esse termo será reutilizado

Fontes em *Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história* (2010).

A autora parte do conceito do próprio Lenin de *união íntima* e elabora um novo conceito aplicável à conjuntura econômica do Brasil do século XX, a *união pornográfica*. Segundo Virgínia Fontes o que era uma “simples” união entre capital bancário e capital industrial passa a ser uma mistura de relações econômicas entre as diversas formas de financeiras dispostas a financiar indústrias em todo país.

O capital financeiro analisado por LÊNIN não tem sua matriz, sua gênese de análise a partir de suas publicações, o próprio Marx já havia feito análise de uma forma de consórcio entre capitais que este acaba por caracterizar como capital financeiro.

No entanto, para Marx, o capital financeiro seria uma correlação entre capital industrial e capital mercantil, isto é, no processo de circulação do capital, esse capital entra em processo de transição, variando, entre capital dinheiro e capital mercadoria. Nas palavras de Marx, o dinheiro passa a efetuar,

[...] movimentos puramente técnicos no processo de circulação do capital industrial e, conforme podemos acrescentar agora, do capital comercial. (...) Esses movimentos (...) transformam esse capital em capital financeiro. (MARX. 1991. P. 363)

Então, durante o processo de circulação, segundo Marx, teríamos a constituição do capital financeiro, correlacionando capital industrial ao capital mercantil, enquanto para Lenin a correlação acontece de forma mais latente, para a constituição do capital financeiro, entre o capital bancário e o capital industrial.

Então, como já foi mencionado, o capitalismo financeiro é a forma hegemônica do modo de produção capitalista contemporâneo, forma esta pertencente à política de dominação imperialista que tem por objetivo a dominação através da inserção de capital de origem multinacional e transnacional em novos territórios.

Partindo desse princípio básico a respeito do imperialismo, temos novos debates sobre a forma conceitual que possa abarcar de forma mais eficaz essa nova lógica imperialista que em muito se difere da forma sustentada por LÊNIN no início do século XX.

A primeira análise conceitual a ser feita é utilizada por François Chesnais (2008) que também tem o capitalismo financeiro como hegemônico na forma capitalista

por Virgínia Fontes em análise do Brasil Contemporâneo, no entanto, a autora o utilizará de forma adaptada.

contemporânea. No entanto, seu conceito não apresenta nomenclatura que resgate – à primeira vista – o conceito de imperialismo. No que tange ao conceito de capital financeiro utilizado por este autor, temos uma problemática central a ser discutida: Chesnais apresenta o capital financeiro de forma que este não se apresenta relacional, isto é, não é uma relação de sustentação entre capitais como ocorre em Lênin e em Marx, por exemplo. Segundo o autor,

As formas mais concentradas do capital – capital financeiro **predominantemente industrial ou capital de investimento financeiro “puro”** – beneficiam-se, então de um campo de operações e de um espaço de dominação que se estende sobre grande parte do planeta, ou mesmo a metade (...). (CHESNAIS, 2008, p. 29. Grifos nossos).

Neste trecho supracitado, pode ser percebida claramente a análise do autor de forma que este polariza a atuação das formas contemporâneas do capital, isto é, segundo Chesnais a relação que ocorre entre estas formas é uma relação de dominação entre capitais, o que acaba por polarizá-las e não relacioná-las como bem fez Marx e Lênin em suas análises e, como faria também Virginia fontes.

Além da utilização do conceito de capital financeiro, o autor utiliza o conceito de *mundialização do capital*, ou seja,

A mundialização do capital apresenta-se como sendo o quadro onde a “relação social dos produtores no conjunto do processo do trabalho” aparece, mais uma vez e com uma força renovada “como uma relação social externa a eles, uma relação entre objetos”. (CHESNAIS, 2008, p. 30).

O conceito de mundialização do capital adotado pelo autor apresenta um equívoco: o conceito aparece como se as relações capitalistas tivessem entrado em um processo de internacionalização, ou mundialização, em meados do século XX, quando este processo é bem anterior, na verdade se origina no processo de industrialização ocorrido na Inglaterra e no processo revolucionário burguês ocorrido na França na forma de Revolução Permanente iniciada em 1788 com a convocação dos Estados Gerais e se finda em 1851 com o Golpe de 18 Brumário de Luís Bonaparte.

Ao contrário do que sustenta o geógrafo David Harvey, Chesnais acredita que “a mundialização contemporânea não é ‘americana’. Ela é capitalista e é como tal que ela deve ser combatida” (CHESNAIS, 2008, p. 33).

No entanto, há que se perceber o caminho traçado pela forma contemporânea do capitalismo para então perceber seu núcleo de atuação e expansão. David Harvey (2004) se propõe justamente a fazer esta análise em *O novo imperialismo*. Nesta obra o autor tem como hipótese central que “o capital financeiro passou ao centro do palco nessa fase da hegemonia norte-americana” (HARVEY, 2004, p. 56).

O geógrafo trabalha com a longa duração à luz do materialismo histórico com o objetivo de “examinar a atual condição do capitalismo global e o papel que um ‘novo’ imperialismo poderia estar desempenhando (...)” (HARVEY, 2004, p. 10).

Para tanto, o autor utiliza termos como imperialismo, capital financeiro e hegemonia, alguns desses termos são problematizados ao longo da obra como o termo hegemonia que difere do termo utilizado por Antonio Gramsci.

O termo *hegemonia* aparece como sinônimo de liderança, isto é, não perpassa por uma análise do Estado Ampliado feita pelo filósofo italiano, aqui nesta obra o termo é sinônimo de *hegemon* que significa líder.

No que tange ao imperialismo, o autor se posiciona de forma que para este o termo mais eficaz a ser utilizado seria *imperialismo capitalista*. No entanto, o autor apresenta duas formas de interpretação do imperialismo contemporâneo. A primeira seria fruto de uma “fusão contraditória entre política do Estado e do Império” (HARVEY, 2004, p. 52) isto é,

Projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos econômicos e militares. (HARVEY, 2004, p. 52).

A segunda interpretação tem por base que o imperialismo estaria relacionado a “processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” (HARVEY, 2004, p. 52), ou seja, o imperialismo é visto como “processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia” (HARVEY, 2004, p. 52).

Esta segunda interpretação somada à interpretação clássica (principal aspecto: territorial) seria a mais eficaz forma de interpretação deste “novo” imperialismo analisado pelo autor, que apresenta os Estados Unidos no centro de disputas, sobretudo no Oriente Médio, mas que tem sua origem desde o pós-1945.

No mesmo recorte temporal temos a análise da historiadora Virginia Fontes

(2010) no já mencionado livro *Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história* que propõe uma lógica do capital sustentada pela atuação de empresas transnacionais e multinacionais. A autora parte das análises de Estado capitalista propostas por Marx, Gramsci e Lenin reconfigurando conceitos ao contexto do Brasil Contemporâneo.

Segundo a autora o Capital-Imperialismo é a forma atual do Imperialismo em que a fração burguesa empresarial é a condutora do projeto econômico-político que atua em diversas instâncias do Estado Relação, isto é, partindo do pressuposto que o Estado capitalista contemporâneo é um Estado Ampliado que tem por base uma nova roupagem do capital financeiro.

Segundo Fontes essa nova roupagem do capital financeiro se dá pela explosão de conglomerados de financeiras que acontece no Brasil na segunda metade do século XX não havendo mais, como propunha Lenin, uma *união íntima*, mas, uma *união pornográfica* no sentido de que várias relações econômico-políticas acontecem paralelamente baseadas no que Marx caracterizou como *capital produtor de juros*.

Segundo Marx o capital produtor de juros “além do valor de uso que possui como dinheiro, passa a ter outro valor de uso, isto é, o de funcionar como capital” (MARX, 1991, p. 392), portanto sua função primeira de atuação na circulação ganha uma segunda forma de atuação.

Além disso, ao gerar lucro e consequentemente juro ao capitalista financeiro e a quem empresta – respectivamente – o capital dinheiro tem a capacidade de gerar mais dinheiro no âmbito de sua circulação.

Então, há que se considerar como fração dominante do capital imperialismo a fração financeira da burguesia que se utiliza de aparelhos tanto no âmbito da sociedade civil (Aparelhos Privados de Hegemonia) quanto no âmbito da sociedade política (apropriação jurídica de aparelhos institucionais do Estado), além de combinar o uso “legítimo” da força (coerção) e o convencimento da população de suas ações (consenso).

Então, a partir do que foi apresentado, este trabalho tem por base que o Estado contemporâneo apresenta sua forma ampliada de acordo com a concepção gramsciana de Estado, isto é, as lutas ocorrem no seio da sociedade civil a partir da elaboração de projetos contra hegemônicos, com a utilização de Aparelhos Privados de Hegemonia de forma que este Estado é um “Estado-Relação”, portanto uma condensação de forças que, na ossatura material do Estado disputam esses projetos.

A imprensa local tem grande relação com o golpe Empresarial-Militar de 1964 no

que tange à veiculação de notícias durante todo o regime ditatorial e seu posicionamento frente a esta. No que diz respeito ao uso do conceito de Aparelhos Privados de Hegemonia, este é pensado como fundamental na análise do jornal O Imparcial, que se pretende fazer neste trabalho, haja vista que o dito impresso é o segundo de maior circulação no Maranhão neste período e, portanto, ferramenta importante de compreensão da construção de consenso a respeito das diretrizes político-econômicas adotadas.

Além disso, a fração financeira atua de forma que no Estado Capital-Imperialista brasileiro esta fração se organiza na segunda metade do século XX, mais exatamente a partir de 1964 quando há a reforma do Sistema Financeiro Nacional no primeiro governo militar, e se consolida quanto fração hegemônica a partir do período chamado de “milagre econômico” a ser analisado no terceiro capítulo deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. IN: **II Seminário livre pela saúde**. Belo Horizonte: caderno de textos, 2008.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Itambé, 1960.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- _____. **Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- GABRIEL, Mary. **Amor e capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- LENIN, V.I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Editora Alfa – Ômega, 1988.
- _____. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2008.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&M Pocket, 2010.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins

Fontes, 2003.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 5ª ed., 1991.

_____. **O capital.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 14ª ed., 1994.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controversias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Cascavel, **Espaço Plural**, ano XIII, nº27, 2º sem, 2012, p.39-53.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **Historia do Brasil Recente.** São Paulo: Ática, 2001.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2002.